



Ministério da Educação – Brasil
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
Minas Gerais – Brasil
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas
Reg.: 120.2.095 – 2011 – UFVJM
ISSN: 2238-6424
QUALIS/CAPES – LATINDEX
Nº. 09 – Ano V – 05/2016
<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

Estratégias argumentativas: o discurso institucional politicamente correto sob o viés da nova retórica¹

Prof. Dr. Flavio Biasutti Valadares
Doutor em Língua Portuguesa/PUC-SP
Pós-Doutorado em Letras/UPM-SP
Docente do Instituto Federal de São Paulo - IFSP, Brasil/*Campus* São Paulo.
<http://lattes.cnpq.br/5302107511329665>
E-mail: flaviovaladares2@gmail.com

Prof^a. MSc. Mariana Fernandes dos Santos
Doutoranda em Ensino, Filosofia e Histórias das Ciências/UFBA
Mestre em Estudos de Linguagens/UNEB-BA
Docente do Instituto Federal da Bahia - IFBA, Brasil/*Campus* Eunápolis.
<http://lattes.cnpq.br/1807720210231590>
E-mail: marianafernandes.ifba@gmail.com

Prof. MSc. Rodrigo Silva Trindade
Mestre em Literatura Brasileira/USP-SP;
Docente do Instituto Federal de São Paulo - IFSP, Brasil/*Campus* São Paulo.
<http://lattes.cnpq.br/1057658137141599>
E-mail: r.trindade@outlook.com

¹ O artigo compõe os trabalhos do grupo de pesquisa/CNPq (certificado pelo IFSP) – Estudos Sociolinguísticos e Discursivo-culturais, na linha de pesquisa *Estudos do Discurso*.

Resumo: O artigo discute as estratégias argumentativas veiculadas em uma cartilha de divulgação institucional. Objetiva analisar a argumentação fundamentada na estrutura do real, a partir de diversas estratégias argumentativas em jogo sob a perspectiva de adesão do auditório na *Cartilha do Politicamente Correto e Direitos Humanos*. Adota como aporte teórico a Nova Retórica, de Perelman (1989); Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), obra essa publicada originalmente em 1958. Como procedimentos metodológicos, seleciona trechos da *Cartilha*, bem como verbetes que atestam e configuram as estratégias argumentativas utilizadas, e analisa os pressupostos que subjazem as tentativas de adesão do auditório a comportamentos institucionalizados, como é o caso do politicamente correto. Conclui que a estereotipagem que a *Cartilha* expõe pode produzir distanciamento da audiência para a qual esta se destina.

Palavras-chave: Nova Retórica. Discurso Institucional. Estratégias argumentativas.

Introdução

O movimento politicamente correto é uma estratégia de efetivação de políticas voltadas para a questão dos Direitos Humanos, muito discutida no mundo e no Brasil na contemporaneidade. Essa efetivação ocorre na busca de mudanças no comportamento humano, bem como na linguagem. No que se refere à linguagem, a mudança consiste na substituição de expressões ou termos linguísticos marcados por ideologias, de cunho discriminatório, por outras que, de acordo com o movimento politicamente correto, não carregam esses valores ideológicos.

Segundo Possenti (2006), o Movimento Politicamente Correto, em relação à linguagem, tem origem nos Estados Unidos, e sua veiculação tem maior evidência na mídia, seja ela impressa ou digital. Essa veiculação ocorre em vários campos, como meio ambiente, comportamento humano e, principalmente, na linguagem por meio de diferentes termos.

Nessa perspectiva, nossa pesquisa traz a *Cartilha do Politicamente Correto e Direitos Humanos*, publicada no ano de 2004, pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, vinculada à Presidência da República, durante o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, como forma de mostrar o funcionamento retórico, de base perelmaniana, no trato das questões postas na e pela *Cartilha*.

Nosso objetivo é analisar o modo como a *Cartilha* explicita expressões tidas como pejorativas e que devem ser evitadas, sob o viés da Argumentação da Nova Retórica (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2002). Para tanto, valemo-nos dos

motivos expostos na *Cartilha* para que essas expressões sejam consideradas politicamente incorretas. Dessa maneira, organizamos e analisamos as estratégias argumentativas fundamentadas na estrutura do real.

A argumentação da Nova Retórica e a Cartilha do Politicamente Correto

Ferreira (2007) explica que a reintrodução dos estudos da *Retórica* na modernidade, feita pelos trabalhos de Perelman, recupera o conceito aristotélico de raciocínio dialético e propõe novas reflexões sobre o discurso argumentativo. O autor indica:

De maneira complementar à Lógica Formal – em que os fenômenos sociais poderiam ser avaliados sob os mesmos parâmetros da matemática –, a *Nova Retórica* apresenta uma lógica dos juízos de valor relativa não ao verdadeiro, mas ao preferível, cujas premissas são constituídas pelas proposições geralmente aceitas e, portanto, pertencentes ao âmbito do verossímil, plausível, mutável, contingente, questionável, isto é, das impressões, aparências e ambiguidades, com o objetivo de convencer e persuadir. Não há interesse nas provas da demonstração lógico-dedutiva, nos métodos rigorosos de conhecimento incontestável, mas sim, nas provas argumentativas que permitem discernir a melhor opinião. Desse modo, é natural que não haja assentimento pela submissão coercitiva, mas pela decisão e participação. (FERREIRA, 2007, p. 1)

Nesse sentido, como afirmam Perelman e Olbrechts-Tyteca (1958, p. 16), “...toda argumentação visa à adesão dos espíritos e, por isso mesmo, pressupõe a existência de um contato intelectual”, ou seja, tem-se como objetivo obter ou aumentar a adesão à tese apresentada, reconhecendo que isso ocorre em função do auditório. Assim, entende-se que, no processo argumentativo, o auditório pode ser constituído por um ou por mais ouvintes.

Desse modo, é válido destacarmos que Perelman e Olbrechts-Tyteca definem o auditório como “o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação” (1958, p. 22). Os autores apresentam três espécies de auditório: a) auditório universal, considerado um recorte simbólico coletivo; b) auditório particular: constituído unicamente pelo interlocutor a quem o orador se dirige; e c) o próprio sujeito que fala. Filosoficamente, explanam que há uma profunda inter-relação entre as categorias **a** e **b**, considerando a inserção do sujeito em determinado auditório do qual faça parte para além da sua individualidade.

Nesse ponto, é importante compreendermos que a audiência da *Cartilha* se configura como qualquer cidadão brasileiro que tenha acesso a seu conteúdo, de forma direta ou indireta, de modo que, para obter a adesão de seu público, é necessário conhecer previamente valores sociais e culturais de seu interlocutor (auditório), o que se torna bastante improvável devido ao tipo de circulação que o documento propõe.

Com isso, para o acordo efetuar-se, o auditório deverá aderir às verdades, aos fatos e às presunções, visto que qualquer questionamento poderá levar o enunciado a perder seu estatuto privilegiado, fato que poderá receber críticas tanto dos que ali estão expostos com o objetivo precípua de receber suporte do estado quanto dos que por ele potencialmente podem ser influenciados.

Mais especificamente, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002, p. 297) apresentam que os argumentos “valem-se da estrutura do real para estabelecer uma solidariedade entre juízos admitidos e outros que se procura promover”, de forma que se faz necessária a clarividência do que pensa o auditório atual, bem como da visão crítica que possa ter. Isso se torna um desafio para o orador, pois terá de construir a imagem de um perfil do auditório e tentar convencê-lo com suas propostas.

Assim, partimos da ideia de que

a argumentação tem como objeto o estudo das técnicas discursivas cujo intuito é ganhar ou reforçar a adesão das mentes às teses que se lhes apresentam ao assentimento. Toda argumentação pressupõe um orador, aquele que apresenta um discurso (o qual pode, aliás, ser comunicado tanto por escrito como oralmente), um auditório, aqueles a que visa à argumentação (o qual pode identificar-se com o orador, na deliberação íntima) e uma finalidade, a adesão a uma tese ou o crescimento da intensidade da adesão, que deve criar uma disposição à ação e, se for o caso, desencadear uma ação imediata. (PERELMAN, 1997, p. 324)

Na *Cartilha do Politicamente Correto e Direitos Humanos*, verificamos um discurso que se dirige inicialmente a um auditório particular pelo fato de, no seu próprio texto de apresentação, figurar que

Todos nós – parlamentares, agentes e delegados da polícia, guardas de trânsito, jornalistas, professores, entre outros profissionais com grande influência social – utilizamos palavras, expressões e anedotas, que, por serem tão populares e corriqueiras, passam por normais, mas que, na verdade, mal escondem preconceitos e discriminações contra pessoas ou

grupos sociais. Muitas vezes ofendemos o “outro” por ressaltar suas diferenças de maneira francamente grosseira e, também, com eufemismos e formas condescendentes, paternalistas. (BRASIL, 2005, p. 7)

A ideia do título, “Politicamente Correto”, tem, em parte, um sentido provocador. Foi escolhida com o objetivo de chamar a atenção de um público multiplicador para o problema do desrespeito à imagem e à dignidade das pessoas consideradas diferentes.

Ocorre, então, um direcionamento particular a um grupo entendido como formador de opinião, de grande “influência social”, como parlamentares, agentes, delegados, jornalistas, professores entre outros de grande influência social. Esse direcionamento acontece porque, segundo a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, vinculada ao governo federal, a origem e manutenção do preconceito e discriminação tem relação direta com essa parcela da sociedade contra os grupos sociais vitimados socialmente.

Nesse aspecto, um fato que chama a atenção é o de que o *guarda de trânsito* esteja presente em um grupo socialmente entendido como elite social ou intelectual, já que este não se caracteriza nessa classificação. O que suscita a tentativa do orador em contemplar uma argumentação politicamente correta no sentido de demonstrar que a figura do guarda de trânsito representa uma classe mais acessível a todos por trabalhar nas ruas, podendo ser um multiplicador dos conselhos da Secretaria.

Em seu conteúdo, a *Cartilha* traz termos e expressões consideradas politicamente incorretas e, em alguns casos, também são indicados os termos e expressões que devem substituí-los. Os referidos termos e expressões contemplam diferentes grupos sociais e etnias: gays, lésbicas, mulheres, negros, brancos, índios, entre outros. Isso nos causa a impressão de que a *Cartilha* tenha sido elaborada para contemplar esse auditório particular, mas na verdade, a estratégia é de que seja entendido pelos interlocutores com quem se relacionam, o que para o orador seria algo preterível para aceitação do possível auditório universal.

Outro aspecto a se destacar refere-se ao conteúdo do texto, por fazer parte de uma política em voga na contemporaneidade que produz controvérsia. A publicação do material foi acompanhada por muita polêmica. A forma de expressar o politicamente correto por meio da linguagem, utilizando estratégias discursivas no

intuito de persuadir ou convencer o auditório a aderir ao movimento, assim como as terminologias que as representam, pareceu não ser plenamente suficiente para despertar, no auditório, sensibilidade ao movimento. Para mitigar as possíveis más interpretações, entendemos que uma das estratégias utilizadas pelos autores do material foi a de introduzir esses termos ainda no texto da *Apresentação*:

Não queremos promover discriminações às avessas, “dourando a pílula” para escamotear a amargura dos termos que ofendem, insultam, menosprezam e inferiorizam os semelhantes que consideramos “os outros”. Ao contrário, neste glossário, apresentamos em primeiro lugar justamente as expressões pejorativas, para depois comentá-las. Com ele, queremos incentivar o debate, fomentar a reflexão, inclusive pela razão simples de que, para alguns de nossos interlocutores, nós é que somos os “diferentes”.

Se queremos ser respeitados, devemos respeitar. No mínimo, para cumprir o princípio de que todos os homens e mulheres são iguais, independentemente de origem, cor, sexo, orientação sexual, condição social e econômica, credo religioso, filiação filosófica ou política etc. (BRASIL, 2005, p. 1)

Essa estratégia linguística busca suavizar a compreensão dos termos tidos como discriminatórios que serão apresentados, e ainda de sensibilizar os leitores em relação à causa, no intuito de estabelecer um pacto com o auditório.

É possível dizermos, ainda, que se busca produzir uma excitação no auditório com o chamamento à busca de, no “*mínimo, cumprir o princípio de que todos os homens e mulheres são iguais, independentes de origem...*”. Simultaneamente, o orador persegue a harmonia, quando diz que “*para alguns de nossos interlocutores, nós é que somos os diferentes*”, ou seja, mostra ao interlocutor que tanto os representantes do Estado como os cidadãos são iguais e devem preocupar-se com questões dessa monta, já que, segundo a linha argumentativa da *Cartilha*, todo o auditório deve fomentar o uso de palavras e assumir posturas politicamente corretas. Ou seja, o orador se circunscreve no auditório que busca persuadir.

Em relação à *Cartilha*, podemos dizer que dificilmente houve esse acordo, visto que, quando publicada, trouxe consigo muitos ruídos e o próprio auditório particular dos chamados grupos sociais, socialmente discriminados, revidaram por não se sentirem contemplados adequadamente quanto aos termos entendidos como politicamente corretos e incorretos. Saliente-se também o entendimento de parte da sociedade que entendeu que a *Cartilha* tinha caráter autoritário, como se institucionalizasse a discriminação e o preconceito.

Nessa perspectiva, denotamos que as estratégias argumentativas têm como objetivo a adesão, tendo o orador que buscar convencer seu auditório, durante a apresentação de sua tese. Em outros termos, essas técnicas, segundo Perelman e Tyteca (2005), compreendem três grupos: os argumentos caracterizados como quase-lógicos, os baseados na estrutura do real e os argumentos que fundam a estrutura do real.

Aqui, tratamos dos argumentos fundamentados na estrutura do real em que as ligações que fundamentam a estrutura do real, diferentemente dos quase-lógicos, baseiam-se em fatos empíricos que proporcionam ao auditório a liberdade de aderirem ou não à tese defendida pelo orador. Tais argumentos são caracterizados pela relatividade, visto que estão diretamente relacionados a pontos de vista.

Nesse sentido, o conteúdo da *Cartilha*, representa uma política legitimada social e institucionalmente, dá condições de liberdade ao auditório universal a que esta se dirige a aderir ou não à política do movimento politicamente correto por meio do uso dos termos considerados politicamente corretos, como no trecho:

Perly Cipriano
Subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos
Atenção: queremos que este livreto seja uma obra em construção, com a colaboração de seus leitores.
Para enriquecer as próximas edições, pedimos a vocês que enviem à Secretaria Especial de Direitos Humanos, por carta, fax ou correio eletrônico sugestões de novos verbetes. (BRASIL, 2005, p. 4)

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 297) afirmam que “os argumentos fundamentados na estrutura do real valem-se dela para estabelecer uma solidariedade entre juízos admitidos e outros que se procura estabelecer”, ou seja, neste caso, a estratégia argumentativa utilizada ocorre quando o orador recobra um caso particular para fundamentar um argumento que ele objetiva que se torne uma generalização. Para tanto, recorre a personagens que têm “autoridade” e que servirão para embasar a tese que é apregoada a fim de se obter a adesão do auditório.

Nesse diapasão, constatamos a atitude do orador em recorrer às figuras dos *militantes*, para legitimar o uso do termo considerado politicamente correto, **negro**, na busca de convencer o auditório e efetivar o uso generalizado da terminologia:

Negro – *A maioria dos militantes do movimento negro* prefere esse termo a “preto”, que o utilizam com orgulho para afirmar os valores da cultura afro-brasileira. O contexto determina o sentido pejorativo das duas expressões. Em certas situações, tanto “negro” como “preto” podem ser altamente ofensivos. Em outras, podem denotar carinho, por exemplo, nos diminutivos “neguinho”, “minha preta” etc.

Outra estratégia argumentativa observada refere-se à ilustração que, diferentemente do exemplo que utiliza um caso para conquistar a adesão do auditório e, conseqüentemente, construir uma regra, é usado para reforçar uma regra que já foi estabelecida. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 407) ratificam que

enquanto o exemplo era incumbido de fundamentar a regra, a ilustração tem a função de reforçar a adesão a uma regra conhecida e aceita, fornecendo casos particulares que esclarecem o enunciado geral, mostram o interesse deste através da variedade das aplicações possíveis, aumentam-lhe a presença na consciência. (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 407)

Dessa forma, o termo “pobre” figura assim:

Pobre – Embora se refira à condição econômica de quem não dispõe dos meios necessários para garantir suas necessidades básicas de moradia, alimentação e vestuário, esse termo, óbvio, é também utilizado para inferiorizar as pessoas, como se pobreza fosse um fenômeno natural e não uma construção social. O conceito correto de pobreza é relativo às condições econômicas e sociais médias do meio em que o indivíduo considerado vive. Uma pessoa que recebe salário mínimo pode ser pobre numa grande cidade por ter rendimento inferior ao que necessita para pagar o aluguel e a cesta básica. Outra pessoa com o mesmo rendimento, numa cidade interiorana ou na zona rural, pode não estar em situação de pobreza por não depender exclusivamente de sua renda pessoal, ou por contar com uma rede de proteção social, formada pelos parentes, por exemplo. Não se pode considerar pobre uma comunidade indígena que vive em sua terra tradicional, de acordo com os seus costumes ancestrais. Por outro lado, é pobre outra comunidade indígena, que foi expulsa de sua terra e obrigada a viver na periferia de um centro urbano, mesmo que as suas casas estejam equipadas com geladeiras, televisores e outros equipamentos modernos. (BRASIL, 2005, p. 49)

Ressaltamos que a ilustração é apresentada com a intenção de fortalecer algo que o auditório já tem como verdade, ou seja, como princípio norteador. Especificamente, podemos afirmar que o orador entende que o termo “pobre” tem, em sua origem, a função de caracterizar condições econômicas de vida e que também é utilizado, geralmente, para inferiorizar pessoas. Além disso, ilustra essas

afirmações, reforçando a importância de seu uso no sentido inicial em detrimento do segundo.

Ratificamos que a intenção do orador é mostrar ao auditório que, mesmo sendo comum o uso do termo “pobre” em contextos equivocados, não cabe esse uso por conta da argumentação proposta, isto é, há um reforço da explicação dada em relação ao termo, bem como a comprovação de algo que é legitimado no sentido de que o termo “pobre” deve ser evitado, por fazer “mal à população”. Nesse ponto, o orador visa a fomentar uma regra em prol de um comportamento politicamente correto.

A estratégia do modelo, que é um desdobramento do exemplo, ou seja, após a apropriação de uma regra preconizada pelo auditório, por meio do exemplo, parte-se para a mimese daquela conduta que gera um padrão a ser seguido em determinados contextos, é uma outra forma verificada por nós para convencimento do auditório. Sobre isso, Perelmam e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 414) ressaltam que

Habitualmente, o modelo glorificado é proposto para a imitação de todos; por vezes trata-se de um modelo reservado a um pequeno número ou somente à própria pessoa; por vezes é um padrão (*pattern*) a ser seguido em certas circunstâncias: comporte-se, nessa situação, como bom pai de família, ame a seu próximo como a você mesmo, considere verdadeiras unicamente proposições concebidas tão clara e distintamente quanto à proposição “penso, logo existo”. (PERELMAM E OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 414)

Temos, então, que *Cartilha* busca fundar um modelo por seu caráter instrucional, histórico e marcadamente educador. Talvez esse seja o motivo da escolha de uma *Cartilha* e não de um manual, por exemplo. O modelo, assim, busca estratégias para que o auditório sinta-se motivado a aderir a um determinado comportamento imposto e/ou sugerido a partir do exemplo. Serve também para consolidar o que foi estabelecido, uma vez que funciona como justificativa para o que parecia absurdo ou geraria insegurança naquele que imitou se não tivesse “aquele” que serviu de modelo e avalizou o seu comportamento, ficando evidente a grande responsabilidade do modelo que, via de regra, deve ser alguém de “conduta ilibada” e que inspire confiança. A inspiração da confiança passa a ser, com isso, estabelecida pela Secretaria Especial em Direitos Humanos.

Ainda sobre o modelo, é importante explicitarmos que, “embora servir de modelo seja um sinal que denote prestígio, o inverso, incitado pela imitação entre o

modelo e aqueles que se inspiram nele e, que, na maioria das vezes, são tidos como 'inferiores', pode 'desvalorizar' um pouco o modelo" (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 416). Isso nos remete ao fato de algumas pessoas aderirem a comportamentos considerados politicamente corretos sem mesmo entender a origem ou estabelecer uma reflexão a respeito, ou ainda, priorizarem termos em detrimentos de outros apenas para estarem de acordo com o que a mídia, o governo ou grupos representativos e/ou majoritários preconizam.

Por fim, tratamos do antimodelo, tido como estratégia argumentativa que busca demonstrar ao auditório tudo aquilo que não é aprazível e que serve como argumento para incentivar a mudança de comportamento que se espera conseguir: a aderência do modelo. Nesse sentido, os antimodelos são utilizados como meio para adesão do auditório relativamente ao que deve ser regra, deve ser modelo. (ABREU, 2006)

Abreu (2006) comenta que o antimodelo fala acerca daquilo a que devemos resistir, ou seja, que não devemos fazer. Esse mecanismo é eficaz, caso o auditório, ao rechaçar determinado tipo de conduta que possa dificultar e/ou impedir a materialização do objetivo do orador, sinta-se provocado a incorporar atitudes contrárias às utilizadas pelo antimodelo. Tal estratégia é usada, então, pelo orador, com o intuito de despertar no seu público o horror àquela situação, tornando mais fácil a adesão ao modelo proposto e/ou argumento que tem a intenção de conduzir o público a incorporar.

Na *Cartilha*, isso fica explícito quando o orador descreve os sentidos negativos dos termos para que o público possa rechaçá-los e passe a utilizar os considerados corretos que são, assim, o modelo:

Funcionário público – O trabalhador do Estado, que exerce ou desempenha alguma função pública; serventuário. Depois de sistemáticas campanhas de desprestígio contra o serviço público, iniciadas no governo Collor (1990-1992), para justificar as políticas do Estado Mínimo do modelo neoliberal, os trabalhadores dos órgãos, entidades ou empresas públicas preferem ser chamados de servidores públicos. Com isso, querem enfatizar que servem ao público mais do que ao Estado. (BRASIL, 2005, p. 17)

Menino de rua – O termo é inadequado para designar as crianças e adolescentes que passam os dias nas ruas, pois as estatísticas demonstram que a maioria deles tem alguma relação com amigos ou parentes, ainda que fora do padrão da família tradicional. Meninos em situação de rua é a expressão mais correta. (BRASIL, 2005, p. 21)

Veado – Uma das referências mais comuns e preconceituosas aos homossexuais masculinos. As expressões adequadas são gay, entendido, homossexual. (BRASIL, 2005, p. 25)

Verificamos, ainda, que quando o orador expõe as expressões consideradas politicamente incorretas, textualizando os sentidos negativos que elas apresentam, o objetivo é alertar o auditório do comportamento depreciativo, preconceituoso e discriminatório que terá caso utilize socialmente tais expressões. Dessa forma, o modelo, que são os termos substitutos considerados politicamente corretos, deve ser seguido para que os interlocutores ajam de acordo com o que preconiza a sociedade; nesse sentido, a *Cartilha* traz o mecanismo do modelo e do antimodelo simultaneamente.

Conclusão

Neste artigo, analisamos as estratégias argumentativas na perspectiva da Nova Retórica com base no modelo teórico de Perelman e Olbrechts-Tyteca. Com isso, tratamos de como ocorrem as tentativas de adesão do auditório a comportamentos institucionalizados, como é o caso do politicamente correto, observando a construção da argumentação fundamentada na estrutura do real.

Além disso, valemo-nos da definição de auditório elaborada por Perelman e Olbrechts-Tyteca como “o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação” (2002, p. 22), a fim de entendermos que a audiência da *Cartilha* está localizada num *continuum* que abarca qualquer pessoa que tenha acesso a seu conteúdo, de forma direta ou indireta.

Também, verificamos que o desafio para o orador atrela-se a sua capacidade de construir a imagem do auditório para convencê-lo com suas propostas; mostramos que a adesão do auditório às verdades, aos fatos e às presunções fundamenta a efetividade ou não das estratégias argumentativas utilizadas.

A partir dessas considerações, intentamos provar que, na *Cartilha do Politicamente Correto e Direitos Humanos*, o discurso é dirigido para um auditório escolhido, em princípio, com o objetivo de chamar a atenção dos formadores de opinião para a questão relativa a desrespeito quanto à imagem e à dignidade das pessoas consideradas diferentes.

Nesse ponto, vale retomarmos que a *Cartilha* causou muita polêmica com reações dos próprios contemplados por ela não concordarem quanto aos termos entendidos como politicamente corretos e incorretos. Caracterizamos, em nossa análise, que a adesão do auditório para o público-alvo provavelmente não tenha contado com estratégias suficientemente plausíveis para que sua institucionalização existisse; ao contrário, o entendimento foi o de que a *Cartilha*, por vezes, apresenta caráter autoritário, não alcançando em sua plenitude o objetivo de desfazer as estruturas de discriminação e o preconceito.

Verificamos, ainda, que recorrer às figuras dos diretamente atingidos não funcionou como estratégia argumentativa, uma vez que, em muitos casos, a representação dos “militantes” não aderiu ao uso dos termos postos como politicamente corretos, isto é, não houve a pretendida legitimação do uso do termo, que buscou convencer o auditório e efetivar o uso generalizado da terminologia, como em “negro”.

Por fim, destacamos que a estratégia argumentativa referente à ilustração com a intenção de fortalecer algo que o auditório já tem como verdade não surtiu o efeito previsto, como é o caso da palavra “pobre”. A última estratégia que analisamos, qual seja, a do modelo, igualmente, não obteve êxito na proposta, posto que se pauta na ideia de conduta ilibada, que não necessariamente se vincula ao imaginário coletivo em torno do Estado Brasileiro representado pela sua classe dirigente.

De outra maneira, a estratégia do antimodelo nos pareceu ineficaz por pretender despertar no público o horror a uma determinada situação, obtendo a adesão ao modelo proposto que tem a intenção de conduzir o público a incorporar. Na *Cartilha*, mostramos que isso fica explícito quando o orador menciona algo negativo sobre um termo e/ou uma situação para, deliberadamente, propor ao público rechaçá-lo, utilizando-o como correto, passando-o a modelo.

Assim, nossa pesquisa buscou mostrar como as estratégias argumentativas utilizadas na *Cartilha* não produziram seus efeitos, ou seja, a tentativa de construção de uma linguagem politicamente correta esbarrou naquilo a que o próprio auditório resiste: a estereotipação.

Argumentative strategies: the politically correct institutional speech through the bias of the new rhetoric

Abstract: *The article discusses the argumentative strategies conveyed in an institutional disclosure booklet. It aims to analyze the arguments based on the structure of the real, from different argumentative strategies at stake under the prospect of membership of the auditorium on the Handbook of Political Correctness and Human Rights. Adopts as theoretical support the Perelman's New Rhetoric; Perelman (1989) and Olbrechts-Tyteca (2005), book published originally in 1958.. As methodological procedures, selects excerpts from the booklet, as well as entries that attest and configure the argumentative strategies in use, and analyzes the assumptions underlying the ascension attempts of the auditorium to institutionalized behavior, as is the politically correct. It concludes that the stereotype that the booklet exposes relegates its use to a place of non-compliance by the audience.*

Keywords: *New Rhetoric. Institutional speech. Argumentative strategies.*

Referências

ABREU, Antônio Suarez. *A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção*. Cotia/SP: Ateliê, 2006.

BRASIL, Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Cartilha do Politicamente Correto em Direitos Humanos*. Brasília, 2005.

FERREIRA, Moisés Olímpio. *Artigo de opinião: o orador e o auditório na perspectiva da Nova Retórica*. In: II Simpósio Internacional de Análise Crítica do Discurso / VIII Encontro Nacional de Interação em Linguagem Verbal e Não-Verbal - ENIL, 2007, São Paulo. VIII ENIL. São Paulo: FFLCH - DLCV, 2007.

PERELMAN, Chaïm. *Retóricas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

POSSENTI, Sírio. *A linguagem politicamente correta e a análise do discurso*. In: POSSENTI, Sírio. *Os limites do discurso*. 2ª ed. Curitiba/PR: Criar, 2006.

Processo de Avaliação por Pares: (*Blind Review* - Análise do Texto Anônimo)

Publicado na Revista Vozes dos Vales - www.ufvjm.edu.br/vozes em: 14/06/2016

Revista Científica Vozes dos Vales - UFVJM - Minas Gerais - Brasil

www.ufvjm.edu.br/vozes

www.facebook.com/revistavozesdosvales

UFVJM: 120.2.095-2011 - QUALIS/CAPES - LATINDEX: 22524 - ISSN: 2238-6424

Periódico Científico Eletrônico gratuito (Acesso Aberto) divulgado nos programas brasileiros *Stricto Sensu* (Mestrados e Doutorados) e em universidades de 38 países, em diversas áreas do conhecimento.